



MERCOSUL/RAADH/SUBGRUPO/ATA N° 02/10

REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DOS IDOSOS

Realizou-se na cidade de Brasília, no dia 18 de outubro de 2010, a Reunião do Grupo de Trabalho dos Idosos, como parte da XVIII Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados, com a presença das delegações do Paraguai, Argentina e Chile.

A Coordenadora-Geral dos Direitos do Idoso, Sandra Regina Gomes apresentou a agenda do Grupo de Trabalho e passou a palavra aos demais representantes do Mercosul.

A representante da Argentina, Lic. Nora Pochtar aprovou a agenda tentativa e tratou da importância deste grupo de trabalho, defendendo que este se transformasse em uma comissão permanente dentro da RAADH.

Recordou que 70% dos pobres são mulheres, e entendeu que a criação de uma convenção atenderia aos mais vulneráveis. Enfatizou que o tema de idosos não pode ser mais objeto de postergações, sendo algo de interesse de todos. Reiterou a importância do documento do dia 1º de outubro da Organização Panamericana de Saúde (OPS) que relaciona indissociavelmente saúde, direitos humanos e grupos vulneráveis, em especial, as pessoas idosas. A Lic. Nora Pochtar passou a palavra ao Sr. Santiago, que retomou o histórico das discussões do tema de envelhecimento, considerando um marco a Declaração de Brasília, que é bastante representativa na América Latina. Os fóruns internacionais, como o MERCOSUL e MERCOSUL ampliado, devem ser aproveitados para a discussão do envelhecimento na América Latina. Ressaltou-se a necessidade de comprometer o governo e sociedade civil nas discussões sobre o tema do envelhecimento.

A representante do Paraguai, Ministra Ines Martinez, aprovou a agenda e fez uma observação quanto a nomenclatura do item “convenção interamericana e internacional” da agenda, a qual foi alterada para “convenção internacional e relatoria especial”. A discussão acerca da convenção internacional contemplaria a convenção interamericana e outra no âmbito das Nações Unidas.

Passou-se a palavra aos demais participantes para observação quanto à agenda:

A Sra. Laura Machado da IAGG solicitou esforços para o acesso da plataforma virtual no idioma espanhol, para garantir a sua eficácia. Recordou que, no dia 19 de outubro de 2010, será votada resolução proposta pela China e pelo G-77, a qual solicita o apoio dos países para a criação de um grupo de trabalho nas Nações Unidas para discutir a elaboração de uma convenção para os direitos das pessoas idosas.

O Sr. Alexandre Kalache, consultor da SDH, reiterou a questão da resolução da China e do G-77 e enfatizou a importância em nomear um relator especial no âmbito da OEA e das Nações Unidas, para o tema dos direitos das pessoas idosas. A nomeação de um relator especial facilitaria o encaminhamento da demanda de uma convenção para os direitos das pessoas idosas.



Passou-se a discussão dos temas propostos na agenda:



Violações aos Direitos Humanos das Pessoas Idosas.



Considerou-se a fragilidade das instituições de vários países, os quais poucos possuem leis que garantam direitos às pessoas idosas, o que dificulta o estabelecimento de políticas para as pessoas idosas.

A Sra. Laura Machado, enfatizou que uma das coisas mais importantes para uma convenção seria a necessidade de evidenciar violações contra as pessoas idosas, sendo interessante listar essas evidências na região, para sistematizar o contexto das violações da região.

A Lic. Nora Pochtar considerou a complexidade das violações, informando não ser necessária a violência física, para constatar violações. Na Argentina, foi feita uma pesquisa, em que 24,5% das pessoas responderam que sofriam violência pessoalmente, outras pessoas que dizem não tinham sofrido violência, afirmaram conhecer pessoas idosas vítima de violência. Em instituições de longa permanência, a pesquisa demonstrou que 48,5% das pessoas assumiam ter os seus direitos violados. Todas elas falam em falta de respeito, não exatamente em violações de direitos. Preconceitos sociais são violadores de direitos humanos. A sociedade considera envelhecer como sinônimo de doenças e incapacidades. Há necessidade de uma convenção que permita às pessoas idosas envelhecerem com dignidade.

A Assessora Internacional, Maria Helena Fragoso, informou que o Governo Brasileiro, por meio da Secretaria de Direitos Humanos está em processo de implementação do Módulo Idoso do Disque Direitos Humanos o que possibilitará a retirada de dados acerca do fenômeno da violência contra pessoa idosas no Brasil, além é claro de principalmente propiciar um canal aberto de recebimento de denúncias de violações contra pessoas idosas. Ressaltou o enfatização da Sra. Sandra Huechman na última reunião da CEPAL acerca da ausência de leis na America Latina.



A representante da CLAVES/FIOCRUZ, Sra. Ana Elisa Figueiredo, coloca que no Brasil já é possível a consulta de dados em pesquisas já realizadas pelo país, a exemplo da pesquisa sobre os Centros Integrados de Atendimento e Prevenção a Violência contra Pessoas Idosas - do CIAPVI's, ressaltou ainda que colocar o respeito como carro chefe seria muito vago, segundo ela seria necessário ter parâmetros mais concretos. Em pesquisa recente foi apontado que o respeito tem que ser vinculado a certos aspectos como o excesso de burocracia e inacessibilidade a serviços de saúde, a exames e a remédios, o que significa algo mais concreto na definição do desrespeito. Enquanto argumento, deve-se mostrar o contexto dos países e no caso do Brasil, a sua multiculturalidade e diferenças regionais com relação a cultura e renda. O desrespeito deve ser considerado de forma clara e objetivo, de forma a tornar um argumento consistente. O CLAVES ajudou a escrever o plano nacional da violência, já está na elaboração do terceiro plano. Estes documentos podem servir como base no pensamento de uma convenção.



A representante do Paraguai, Diretora de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, reiterou a idéia de uma norma vinculante, para a conscientização, indicou ainda



que falta muito ainda a fazer, há discriminação laboral, entre outras como por exemplo, que a aposentadoria seja um direito e não uma obrigação compulsiva.

A Sra. Laura Machado, representante da IAGG referiu-se quanto à violação dos direitos, reconheceu os estudos do CLAVES, no entanto enfatizou a necessidade de se evidenciar pesquisas de violência na região. Segundo ela parece faltar ainda uma sistematização dessas violações na região, para haver uma massa crítica, mostrando-se as deficiências e as dificuldades sofridas na região. Reconheceu a importância das ONGs, sobretudo a Helpage. Propôs a realização de um vídeo na região, com as violações e que esse vídeo fosse levado à próxima reunião do Ecosoc.

A Sra. Maria da Penha, representante do Governo Estadual do Rio de Janeiro, recordou a necessidade do protagonismo das pessoas idosas. Disse que há várias declarações, encontros regionais, com presença inclusive de ministros, mas que falta ainda muita coisa a ocorrer de concreto. Salientou a necessidade de sintetizar um documento sobre aquilo que está faltando, não apenas ficar falando a respeito do que já foi feito. Há necessidade de partir para ações concretas e com prazos para implementação.

A representante do Chile, Sra. Tania Mora, apontou que existe um problema comum na região, especificamente no Chile, que são as leis para os direitos das pessoas idosas, sobretudo no tema de violência familiar, com redações genéricas, as quais impedem que os tribunais as apliquem. Uma coisa é a lei, a outra é a aplicação deste direito pelo Poder Judiciário, a qual nem sempre é aplicada.

O Sr. Santiago Pszemiarower, da Delegação da Argentina, ressaltou o documento de 1º de outubro da OPS. Reforçou o pensamento que o tema de direitos humanos segue sendo uma prioridade e que esse pensamento reforça a necessidade de uma convenção. Apontou as necessidades de medidas de caráter legislativo, executivo e educativo em temas de direitos humanos. Recordou que na Argentina, quando da apresentação de denúncias, as pessoas idosas têm de ser representadas por advogados, segundo a Lei nº 24.417, questiona-se isso, porque parece que as pessoas maiores de 60 anos são incompetentes. Apontou ainda que as pessoas idosas com mais de 70 anos não são mais obrigadas a votar, quando se tira essa obrigação, tira-se esse direito.

A Sra. Carla Jacomim – conselheira do CNDI – fez menção quanto à visibilidade necessária ao tema. Considerou ainda que a latinidade comum aos países latino americanos pressupõe uma família mais acolhedora, acredita-se que a família irá suprir as necessidades das pessoas idosas, o que nem sempre é verificado. Informou que no Brasil, 1% dos idosos estão em ILPIs, supondo-se de que a maioria está junto à família. Interrogou sobre os caso onde não existem mais membros familiares? Será que temos família para cuidar dos idosos ou será que não há instituições para cuidar dos idosos? Isso tem de estar claro, ao se falar em convenção, porque a sociedade mudou.

Como agenda propositiva, o GT sugere:

Que o Grupo do Trabalho se transforme em Comissão Permanente;

Que a Plataforma Virtual da RAADH seja disponibilizada em espanhol;



Que seja criado um comitê internacional, composto de técnicos dos países do Mercosul e Países Associados, com a função de sistematizar informações já existentes acerca de violações aos direitos das pessoas idosas. Esta sistematização evidenciaria a necessidade de um instrumento normativo internacional para tratar dessas violações. Esse comitê pode definir prazos. A primeira sistematização seria apresentada na XIX RAADH, a ser realizada no Paraguai;

Que seja elaborado, em conjunto, um vídeo de sensibilização, do Mercosul e países associados, denunciando violações às pessoas idosas na região, de modo a evidenciar a necessidade de uma convenção;

Que sejam apresentados relatórios, com base em uma grade a ser desenvolvida por um comitê, formado pelos países, de forma a evidenciar deficiências dos países na garantia dos direitos das pessoas idosas, para que o GT não se resuma a apenas um espaço de boas práticas;

Que sejam intensificados esforços para o aprimoramento da formação dos cuidadores.

Educação e capacitação permanente para a valorização da pessoa idosa

O Sr. Kalache, Consulto da SDH, afirmou a necessidade de se preparar, sobretudo nas universidades, profissionais nos mais diversos campos, para o atendimento adequado às pessoas idosas, ainda mais quando a perspectiva é de crescimento desta população

A Lic. Nora Pochtar, da delegação Argentina salientou a necessidade de formação de recursos humanos que seja compatível pelo menos minimamente com o crescimento populacional das pessoas idosas, e citou o exemplo das faculdades de medicina na Argentina onde a Geriatria não é disciplina obrigatória.

A Sra. Ana Elisa Figueiredo, do CLAVES/FIOCRUZ, informou que é necessário que se pense na questão da educação não só com relação aos cuidadores de pessoas idosas mas também dos próprios idosos, objetivando assim seu empoderamento e sua autonomia, inclusive para que sejam capazes de reconhecer as violências que sofrem e possam tomar atitudes para enfrentá-las.

A Sra. Tania Mora, da Delegação do Chile, afirmou ser necessário traçar estratégias para a implementação de políticas que incentivem a educação.

Sra. Marisa Graham, do Ministério do Desenvolvimento Social, de Argentina, reiterou a necessidade da autonomia de pessoas idosas por meio da educação. Como representante de governo afirmou ainda ser necessário que se afirme os avanços já conquistados, não considerando que isto venha a significar prejuízos para a discussão de uma convenção

A representante do Paraguai, Inés Martinez, Diretora de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, colocou que também como governo não acredita que estamos deixando de apontar os avanços, pelo contrário sempre em que nos encontramos indicamos os nossos



avanços, porém é preciso reconhecer que apesar dos avanços ainda temos muito o que crescer e avançar no que diz respeito aos direitos das pessoas idosas.

A Sra. Laura Machado, representante da IAGG, afirmou que apesar dos avanços não podemos deixar de reconhecer que não conseguimos mudar uma cultura de desvalorização da pessoa idosa. Afirma ainda que enquanto não baixarmos essa cultura de desvalorização não avançaremos na garantia de direitos das pessoas idosas

A Sra. Marisa Acioly, ressaltou a importância da capacitação comunitária, como um estratégia de capacitar a família, o vizinho, o porteiro, por exemplo, nos cuidados com relação a pessoa idosa.

Sra. Laura Machado, reafirmou a necessidade de capacitação de toda a sociedade como forma de mudar uma cultura de desvalorização, inclusive entre os gestores públicos para criação de ações mais adequadas a realidade das necessidades das pessoas idosas

Dr. Kalache, salientou que ouvir as pessoas idosas também é de grande importância, em pesquisa feita na cidade do Rio de Janeiro, foi constatado que são os porteiros os “amigos” das pessoas idosas, e que os motoristas de transporte público são seus “inimigos”, e ainda que a principal preocupação entre eles é com relação a sua segurança

A Lic. Nora Pochtar, salientou que os recursos humanos são insuficientes para atender a demanda da população idosa atual, sobretudo diante da perspectiva de seu crescimento acentuado globalmente.

A Sra. Maria da Penha, lembrou o alto índice de analfabetismo entre a população idosa o que proporciona também que as pessoas idosas sejam violadas mais facilmente, dados esses encontrados em uma pesquisa Coordenada pelo Prof. Vicente Faleiros. Afirma ainda existir pouco investimento na educação de pessoas idosas

Como agenda propositiva, o GT sugere:

Constituir um comitê para elaborar um protocolo que facilite a sistematização de dados referentes à formação em todos os níveis de educação

Convenção Internacional e Relatoria Especial

A representante do Paraguai, Diretora de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, fez menção com relação a aprovação da Resolução da China e G 77 daria bastante visibilidade aos direitos das pessoas idosas, possibilitando a criação de uma comissão permanente.

Lic. Nora Pochtar, considerou a importância do consenso dos países do Mercosul no apoio a uma convenção para os direitos das pessoas idosas.

A representante do Paraguai, Inés Martínez Diretora de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, salientou a importância de levar o consenso do Mercosul a Washington.



Como agenda propositiva, o GT sugere:

Que a presidência pro-tempore do Mercosul leve o apoio incondicional e unânime do Grupo de Trabalho das pessoas idosas da RAADH à convenção internacional para os direitos das pessoas idosas, durante a sessão especial da OEA, a ocorrer no dia 28 de outubro de 2010.

Os países do Mercosul entendem que a primeira etapa para chegar-se a uma convenção interamericana para os direitos das pessoas idosas seria a criação de uma relatoria especial para os direitos das pessoas idosas na Organização dos Estados Americanos, em paralelo às negociações para uma convenção e para uma relatoria especial no âmbito das Nações Unidas.

Argentina

Brasil

Chile

Paraguai



Anexo I - Lista de Participantes (por Delegação);

Anexo II – Agenda

Anexo III - Resumo da Ata, com indicação dos temas e dos projetos de normas que estão sendo elevados aos órgãos decisórios;

Anexo IV – Documento Brasileiro, Resultados do Seminário Nacional “Avanços e Desafios dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas”

Anexo V – Documento da Delegação Argentina, Resultados do Seminário Argentino “Avances y Nuevos Desafios em Derecho Humanos de las Personas Adultas Mayores”

Anexo VI – Documento da Delegação do Paraguai, “INFORME DE GESTIÓN DEL GOBIERNO NACIONAL EN EL ÁREA DE ADULTOS MAYORES”

Three handwritten signatures in black ink, arranged horizontally. The first signature is on the left, the second in the middle, and the third on the right. Below the third signature is a small, separate mark that looks like the letter 'R'.